



LEI COMPLEMENTAR Nº 264/2025.

Institui a gratificação de função aos integrantes de Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

GUSTAVO DE SOUZA BARROS VIEIRA, Prefeito Municipal de Sarapuí, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, apresenta à Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Aos funcionários da prefeitura municipal que forem designados a integrar e participar da “Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar” e da “Comissão de Processo Administrativo de Apuração de Infrações ao Edital” e Contrato será devida, além da remuneração a que fazem jus, uma gratificação de função a ser calculada sobre a referência 08 (anexo XI da lei complementar nº 118/07, com suas alterações), no percentual de 50%.

Art. 2º A “Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar” e da “Comissão de Processo Administrativo de Apuração de Infrações ao Edital e Contrato” serão compostas por 05 (cinco) funcionários, sendo no mínimo 03 (três) estáveis, e serão instituídos mediante Portaria, que indicará o nome dos membros titulares e seus suplentes, devendo ser, obrigatoriamente, publicada no órgão oficial do município.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, entende-se por Comissão o grupo de empregados públicos encarregados de receber, instruir e examinar os documentos, além de outros atos correlatos, bem como conduzir e emitir relatórios e opiniões acerca de procedimentos relativos à instauração de processos administrativos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º As gratificações instituídas por essa lei serão devidas mensalmente e podem ser cumuladas até no máximo duas quando o mesmo funcionário integrar mais de uma comissão.

Art. 4º A gratificação não se incorporará ao vencimento, nem será considerada para efeito de cálculo de quaisquer vantagens.

Art. 5º A gratificação poderá ser cancelada a qualquer tempo, sem prévio aviso, desde que cesse a responsabilidade do empregado público pelas funções que deram origem à gratificação.

Art. 6º É vedada a concessão da gratificação constante nesta Lei, caso a função a desempenhar seja de responsabilidade de outro empregado público do quadro da municipalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

SARAPUÍ

GABINETE

PREFEITURA DE SARAPUÍ



Art. 7º As despesas da aplicação desta Lei serão atendidas por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento do Município.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sarapuí, 23 de abril de 2025.

Gustavo de Souza Barros Vieira
Prefeito Municipal

Publicada e registrada, na data supra

Marcos Vinicius Holtz
Diretor de Administração

25 ABR 2025
OFICIAL Dereg CIVIL E
TABELIAO DE NOTAS DE
SARAPUI
LAURA SOARES PEREIRA
ESCREVENTE AUTORIZADA